



Handwritten signature and initials in the top right corner.

fl. 25

## DECISÃO EM PROCESSO DISCIPLINAR

### I. INTRODUÇÃO

No dia 21 de Setembro de 2008, durante a xxxx, foi realizado um controlo antidopagem ao corredor xxxxx, titular da licença n.º 27998, tendo sido recolhidas as amostras xxx e xxx com o nome de Código xxx. A análise da primeira amostra revelou a presença da substância proibida Efedrina, com a concentração de 31,7µg/ml (v. fl.4, do Processo Disciplinar – adiante PD).

Depois de notificado, o Arguido, por intermédio do director da sua equipa, informou que não pretendia a realização da análise da amostra B.

Neste contexto, a União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo (adiante UVP/FPC) instaurou o respectivo processo disciplinar contra o corredor, tendo em vista apurar a sua responsabilidade.

O corredor veio ao processo alegar que, com o intuito de perder peso, em meados de Setembro de 2008, começou a tomar um comprimido de *Franol*, por dia, até à data do início da xxxx

Nas suas declarações, o Arguido afirmou ainda que tomou os comprimidos durante cerca de uma semana, já que acabou por lesionar-se e, consequentemente, interrompeu a sua actividade desportiva.

Afirmou ainda que pretendia voltar a administrar os mencionados comprimidos. Porém, tendo sido notificado do presente processo disciplinar, veio a saber que a substância que tomara é proibida pelas regras antidopagem.

O Arguido disse ainda que desconhecia os efeitos que a substância tomada tinha no seu desempenho desportivo, tendo afirmado que o seu objectivo era apenas emagrecer.

Não foi requerida nem considerada necessária qualquer diligência probatória.



Handwritten signature and initials.

Handwritten number 11.24

Atendendo à simplicidade dos factos e à circunstância de não ter sido requerida qualquer diligência de prova, este Conselho Disciplinar prescindiu de Relatório Final de Inquérito, pelo que se dão por cumpridas todas as formalidades processuais essenciais à boa decisão.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

Com base no relatório de ensaio elaborado pelo Laboratório de Análises de Dopagem e na confissão do Arguido, considera-se provado que este ingeriu a substância proibida Efedrina (v. fls. 4, 21 e 22).

Este facto consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 1º, do Decreto-Lei n.º183/97, de 26 de Julho e do artigo 1º do Regulamento de Controlo Antidopagem da UVP/FPC (adiante RCA-UVP/FPC), sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1º, A), do Anexo IV, do RCA-UVP/FPC. Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação ou suspensão de seis meses a dois anos, multa de €1246,99 a €2493,98, e perda de 50 pontos.

Posto isto, cumpre decidir.

## IV. DECISÃO

A medida da pena deve ser determinada em função da culpa do agente e das exigências de prevenção.

A conduta do Arguido é-lhe imputada, pelo menos, a título de negligência. Com efeito, os ciclistas não podem desconhecer que a introdução de algumas substâncias no seu organismo altera, potenciando, o seu rendimento desportivo. Esta conduta é, consabidamente, proibida e punida por normas legais e regulamentares quer nacionais quer internacionais. Pelo que os atletas devem usar de diligência significativa na fiscalização de tudo quanto tomam.

Mesmo a admitir-se que o resultado positivo do controlo antidopagem, no caso concreto, ficou a dever-se a um tratamento para perder peso, não deveria o Arguido ter deixado de solicitar ao CNAD a Autorização de Utilização Terapêutica de Substâncias Proibidas (AUT).

Assim sendo, estamos em crer que a negligência que, perante a prova realizada, é imputável ao atleta, deve ser considerada grave.

A favor do Arguido, deve ser invocado o facto do mesmo ter confessado de imediato a infracção, tendo inclusivamente prescindido da análise da amostra B. Acresce que, aquando da verificação dos factos que consubstanciam a infracção, o Arguido tinha apenas 18 anos, sendo por isso inexperiente, o que reduz a censurabilidade da sua conduta.

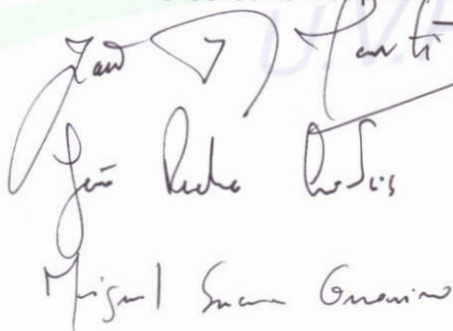
Acresce que o Arguido é estudante e não tem rendimentos declarados.

Assim sendo, considerando quanto acima se expôs, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, A), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, o Conselho Disciplinar decide aplicar ao Arguido as seguintes sanções:

- Oito meses de suspensão (Início: 28.02.2009; Termo: 28.10.2009).
- Multa de € €1246,99.
- Perda de 50 pontos na Taça de Portugal XCO, durante a qual foi realizado o controlo objecto deste processo.

*Notifique-se a decisão ao Arguido.*

O Conselho Disciplinar,



João Luís Santos  
Miguel Sousa Gouveia

Lisboa, 9 de Abril de 2009